

CÂMARA
Porto
de
MÓS

CT4
[Handwritten signatures]

Prestação de Contas

Ano 2012



[Handwritten signature]

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL	2
I - O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS	3
II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2012	5
III - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	6
1 - Objetivos do Relatório de Gestão.....	6
2 - Análise da Execução Orçamental.....	6
3 - Recursos Humanos	17
4 - Apoio Social	22
5 - Análise da Dívida	24
6 - Prazo Médio de Pagamentos.....	25
7 - Endividamento Municipal.....	276
8 - Execução das GOP'S e do Plano	30
9 - Análise da Situação Económica e Financeira.....	30
10 - Proposta de Aplicação de Resultados.....	38
IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	39

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Caros Múncipes do Concelho de Porto de Mós:

Terminou em 31 de dezembro último o exercício económico de 2012. Daqui resulta a obrigação legal de prestar contas a um vasto conjunto de entidades, entre as quais, a Assembleia Municipal, como órgão representativo dos Portomosenses.

Trata-se, portanto, de um ato que se reveste de elevada dignidade e de grande significado, traduzido na apresentação dos resultados económicos e sociais, obtidos em consequência das opções e das ações tomadas pelo Órgão Executivo da Autarquia, no decurso do segmento temporal de um ano.

O exercício de 2012 decorreu sem perturbações sociais graves e sem registo de rotura ou de quebra na prestação de serviços à população, naquilo que são as responsabilidades diretas do Município. Para além disso, mantivemos a nossa preocupação, de sempre, em responder positivamente e com a prontidão possível às exigências e às necessidades sentidas pela população, no respeito pelos condicionalismos em vigor, sem perder de vista os objetivos estratégicos traçados. As metas fixadas para 2012 foram, assim, genericamente alcançadas, ainda que as dificuldades originadas pela conjuntura económica e social e a escassez crescente de recursos financeiros, externos e internos, tenham condicionado a satisfação, em pleno, das nossas ambições. Não obstante, aproveito esta grata oportunidade, para poder partilhar com os múncipes Portomosenses o sentimento de satisfação pelo dever cumprido. Afirmo-o, não só porque é uma verdade que ressalta claramente da extensa informação constante do relatório seguinte mas, sobretudo, porque é uma realidade visível e sentida no quotidiano dos Portomosenses. Contudo, temos consciência de que as melhorias alcançadas nos domínios da gestão financeira, da água e do saneamento, da educação, das acessibilidades, do apoio social, do desporto e da cultura, entre outros, não significarão a satisfação completa dos anseios da população do Concelho de Porto de Mós. Traduzem, no entanto, o resultado de um trabalho concretizado com muito empenho e dedicação, sempre inacabado, é certo, ao serviço do Concelho, na certeza de que será sempre possível e desejável fazer mais e melhor.

De realçar que o mérito desta performance de resultados é de um conjunto muito vasto de colaboradores, entre os quais, devo destacar todo o Executivo Municipal, todos os membros da Assembleia Municipal, o Pessoal da Autarquia, as Juntas de Freguesia e os Portomosenses. A todos desejo expressar os meus agradecimentos pela importante ajuda no cumprimento dos objetivos desta Autarquia, traçados para o ano de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós,


João S. Aguiar

I - O MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

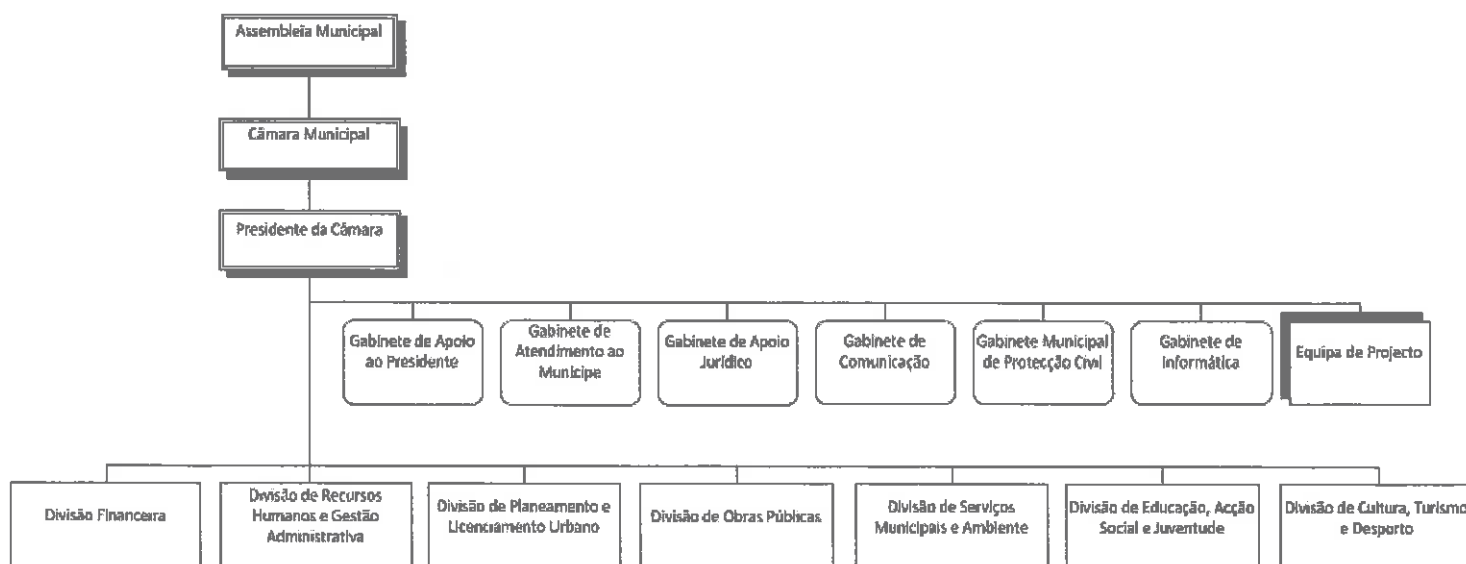
1 - Estrutura Organizacional

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2480-001 Porto de Mós, contribuinte fiscal nº 505586401, telefone nº 244 499600, fax nº 244 499601 e email geral@municipio-portodemos.pt. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesse próprios, comuns e específicos das populações do Concelho de Porto de Mós.

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei nº 159/99, de 14 de setembro, consubstanciada pelas competências estabelecidas na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

1.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal

Na sequência da aplicação do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro, procedeu-se à adaptação da estrutura e organização dos serviços autárquicos à realidade atual. A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Porto de Mós no ano económico em análise foi aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 18 de dezembro de 2010. De salientar que em janeiro do ano 2011 entrou em vigor o Novo Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós aprovado pela Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 20/12/2010.



1.2 - Descrição Sumária das Atividades

É atribuição dos Municípios e nos termos do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, o desenvolvimento de atividades que estão associadas à satisfação das necessidades das populações nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Polícia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei nº 42/98, de 6 de agosto – Lei das Finanças Locais, atualmente revogada pela Lei nº 2/2007 de 15 de janeiro.

1.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2012 a 31/12/2012 o Órgão Executivo foi composto por:

Presidente – João Salgueiro;

Vereador a Tempo Inteiro – Albino Pereira Januário;

Vereador a Tempo Inteiro – Anabela dos Santos Martins;

Vereador a Meio Tempo – Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo;

Vereador a Meio Tempo – Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro

Vereador – Júlio João Carreira Vieira;

Vereador – Luís Manuel Coelho de Almeida.

1.4 – Organização Contabilística

O regime contabilístico adotado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adotado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.

II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2012

Em cumprimento do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 68º e alínea e) do nº 2 do artigo 64º, ambos da Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, os documentos de Prestação de Contas, bem como, o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação referente ao ano 2012, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea c) do nº 2 do Artigo 53º da referida Lei.

Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas foi ainda tida em conta, além do citado POCAL, a Resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas, publicada no D.R. nº 191, II Série, de 18 de agosto de 2001, determina ainda que os documentos de prestação de contas a apresentar pelas Autarquias Locais cujo movimento anual de receita seja igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:

- Guia de remessa;
- Ata de reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal de responsáveis.

Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.



III - RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - Objetivos do Relatório de Gestão

O presente relatório de gestão, referente ao ano económico de 2012, constitui o cumprimento da imposição legal de levar ao conhecimento dos órgãos colegiais do Município o desempenho da gestão municipal referente ao mesmo ano.

Este documento tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas da atividade deste Executivo Camarário, e contemplar os seguintes aspectos:

- ✓ Descrever a evolução orçamental e sua execução, permitindo acompanhar de uma forma sintética todo o processo de realização da despesa e a arrecadação da receita,
- ✓ Sintetizar a situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- ✓ Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos;
- ✓ Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;

2 - Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano 2012 obtiveram aprovação da Câmara Municipal em 06/12/2011 e na Sessão da Assembleia Municipal em 16/12/2011.

No presente sub capítulo é feita a análise do controlo orçamental e do desempenho da Receita e da Despesa

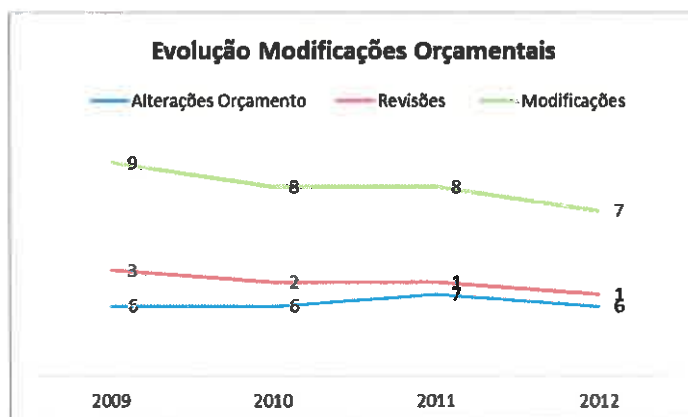
2.1 – Modificações Orçamentais

Durante o ano 2012 efetuaram-se 7 Modificações Orçamentais, que foram constituídas por 6 alterações e 1 revisão.

As alterações efetuadas destinaram-se ao reforço de dotações das GOP's e do Orçamento de Despesa.

A revisão efetuada foi aprovada em 22/06/2012 e destinou-se à inclusão do saldo de gerência do ano 2011.

O gráfico seguinte revela a evolução das modificações orçamentais.



2.2 – Execução Orçamental da Receita e da Despesa

2.2.1 – Orçamento de 2012

Neste ponto procura-se explicar e comparar a execução do Orçamento, valores inicialmente propostos com os valores efetivamente executados. O Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução acarreta naturalmente desvios.

O Orçamento apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas, desagregadas segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem caráter anual.

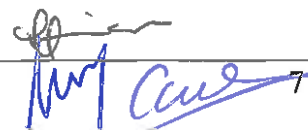
O Orçamento inicial foi aprovado com uma dotação de 23.190.675,00 €. Ao longo do exercício foram efectuadas 7 modificações orçamentais, das quais 6 foram alterações e 1 revisão, esta última para inclusão do saldo orçamental no montante de 410.835,48 €. O valor final após as modificações foi de 23.601.510,48 €, o que traduz num aumento de 1,77%.

	Valor
Saldo da Gerência anterior (2011)	410.835,48 €
Receita cobrada na Gerência	16.774.955,28 €
Soma	17.185.790,76 €
Despesa paga na Gerência	16.712.048,18 €
Saldo da Gerência seguinte	473.742,58 €

Analisando o quadro seguinte verifica-se que ao longo do ano 2012, e relativamente aos objectivos estabelecidos no Orçamento, a taxa de execução da receita fixou-se em 72,82%, enquanto que a taxa de execução da despesa total ascendeu aos 70,81%.

Estes valores traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, sendo que a taxa referente às despesas refere-se a valores pagos, enquanto que no caso da receita são valores efetivamente recebidos.

Ano 2012					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita arrecadada e Despesa Paga)	Desvio (Executado - Final)	Taxa Execução
Receita:					
- Corrente	14.773.553,00 €	14.773.553,00 €	12.843.173,62 €	-1.930.379,38 €	86,93%
- Capital	8.402.122,00 €	8.402.122,00 €	3.928.739,55 €	-4.473.382,45 €	46,76%
- Out. Receitas	15.000,00 €	425.835,48 €	413.877,59 €	-11.957,89 €	97,19%
Total	23.190.675,00 €	23.601.510,48 €	17.185.790,76 €	-6.415.719,72 €	72,82%
Despesa:					
- Corrente	13.070.425,00 €	13.293.460,48 €	11.507.938,58 €	-1.785.521,90 €	86,57%
- Capital	10.120.250,00 €	10.308.050,00 €	5.204.109,60 €	-5.103.940,40 €	50,49%
Total	23.190.675,00 €	23.601.510,48 €	16.712.048,18 €	-6.889.462,30 €	70,81%



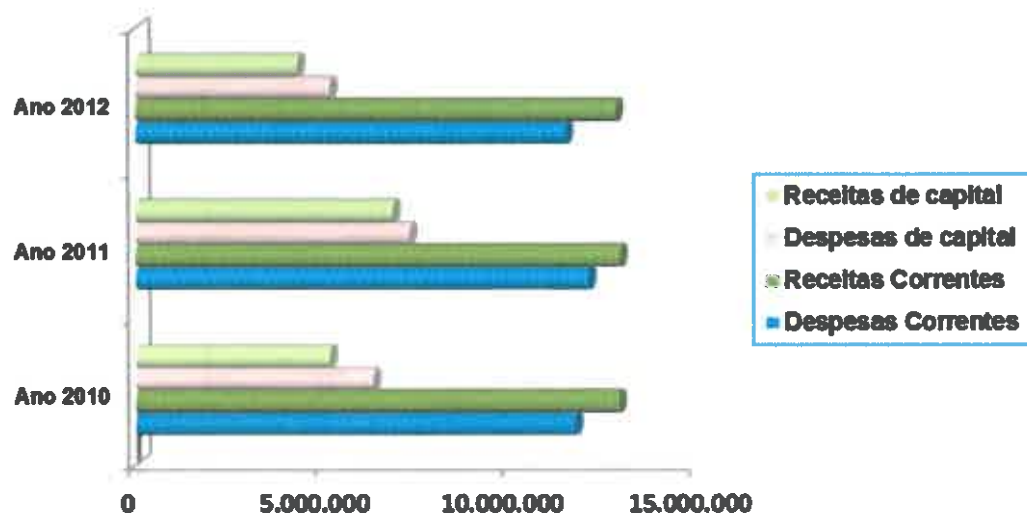
2.2.2 – Taxas de Execução Orçamental no Triénio de 2010/2012

O quadro seguinte reflete a evolução das taxas de execução do orçamento nos últimos 3 anos.

Evolução das Taxas de Execução Orçamental			
Designação	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Receita:			
-Corrente	82,04%	84,91%	86,93%
-Capital	46,36%	62,26%	46,76%
-Outras Receitas	78,94%	97,26%	97,19%
Totais	67,22%	75,44%	72,82%
Despesa:			
-Corrente	82,84%	84,36%	86,57%
-Capital	49,70%	61,28%	50,49%
Totais	67,13%	73,88%	70,81%

2.2.3 – Evolução da Receita e da Despesa

O gráfico que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e respetiva evolução, da receita e da despesa no período 2010 a 2012.

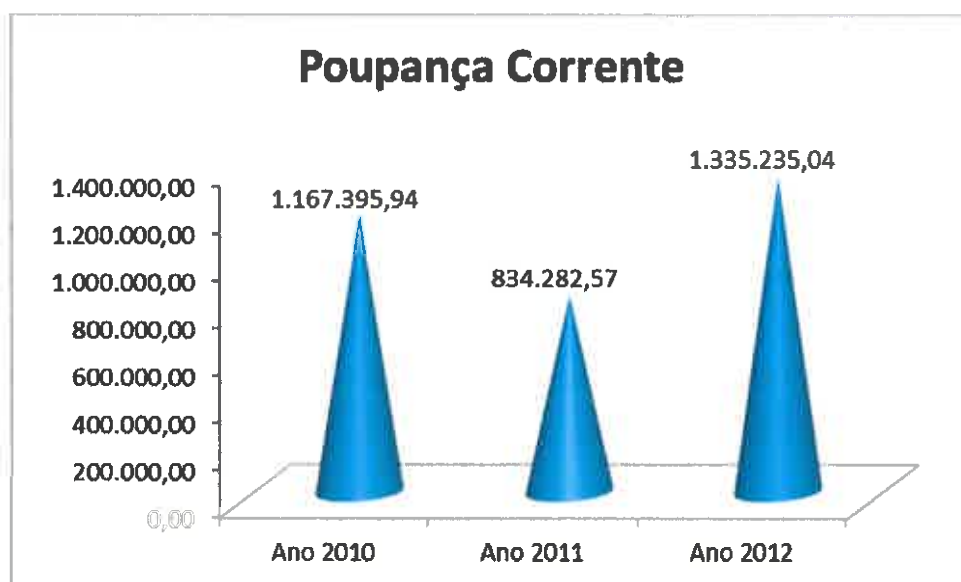


O Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que instituiu o POCAL dispõe que as Autarquias Locais cumpram o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do referido diploma legal e que determina que “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

Esta norma manteve-se presente na execução orçamental de 2012 desenvolvida pela Autarquia, resultando numa evolução contínua e sustentada das contas nos últimos três anos, uma vez que as receitas correntes superam as despesas correntes, traduzindo uma atenção e preocupação constantes da gestão e que se traduz em saldo positivo a favor dos projetos de investimento.

Da execução orçamental resultou uma poupança corrente efetiva de 1.335.235,04 euros, valor destinado a financiar 25,66% das despesas de capital.

O gráfico abaixo ilustra o esforço de poupança ao longo do triénio de 2010 / 2012



2.2.4 – Execução Orçamental da Receita

A estrutura e execução da Receita do ano 2012, constam do quadro abaixo.

Execução Orçamental da Receita por rubrica

<i>Composição da Receita</i>	<i>Previsão</i>	<i>Execução (receita cobrada bruta)</i>	<i>Peso p/ Rubrica no total receita</i>	<i>Execução</i>
01 - Impostos diretos	2.700.669,00 €	2.829.027,14 €	16,46%	104,75%
02 - Impostos indiretos	110.222,00 €	80.455,64 €	0,47%	72,99%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	258.843,00 €	227.957,21 €	1,33%	88,07%
05 - Rendimentos da propriedade	1.371.300,00 €	956.880,37 €	5,57%	69,78%
06 - Transferências correntes	6.506.395,00 €	6.144.658,25 €	35,75%	94,44%
07 - Venda de bens e serviços correntes	3.761.124,00 €	2.571.902,88 €	14,97%	68,38%
08 - Outras receitas correntes	65.000,00 €	32.292,13 €	0,19%	49,68%
RECEITAS CORRENTES	14.773.553,00 €	12.843.173,62 €	74,73%	86,93%
09 - Venda de bens de investimento	1.285.000,00 €	15.904,50 €	0,09%	1,24%
10 - Transferências de capital	6.855.122,00 €	3.710.835,05 €	21,59%	54,13%
11 - Ativos financeiros	10.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
12 - Passivos financeiros	202.000,00 €	202.000,00 €	1,18%	100,00%
13 - Outras receitas de capital	50.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
RECEITAS CAPITAL	8.402.122,00 €	3.928.739,55 €	22,86%	46,76%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	15.000,00 €	3.042,11 €	0,02%	20,28%
16 - Saldo da gerência anterior	410.835,48 €	410.835,48 €	2,39%	100,00%
OUTRAS RECEITAS	425.835,48 €	413.877,59 €	2,41%	97,19%
RECEITA TOTAL	23.601.510,48 €	17.185.790,76 €	100,00%	72,82%

2.2.4.1 – Evolução da Receita por Natureza



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '077'.

2.2.4.2 – Evolução da Receita Corrente

Designação	2010	2011	2012
Impostos diretos	2.621.786,63 €	2.811.430,29 €	2.829.027,14 €
Impostos indiretos	104.890,05 €	151.505,94 €	80.455,64 €
Taxas, multas e outras penalidades	262.402,60 €	236.869,58 €	227.957,21 €
Rendimentos da propriedade	936.428,70 €	1.104.118,25 €	956.880,37 €
Transferências correntes	6.536.572,00 €	6.191.494,89 €	6.144.658,25 €
Venda de bens e serviços correntes	2.450.261,96 €	2.437.361,40 €	2.571.902,88 €
Outras receitas correntes	12.045,63 €	22.095,34 €	32.292,13 €
Receita Corrente (Total)	12.924.387,57 €	12.954.875,69 €	12.843.173,62 €

As receitas correntes, que atingiram em 2012 o montante de 12.843.173,62 euros, pela sua natureza têm uma função importante na gestão financeira municipal. Com uma execução de 86,93%, a autarquia conseguiu arrecadar receitas correntes que lhe permitiram uma base de consistência ao financiamento do conjunto de despesas obrigatórias, cobrindo as despesas correntes e uma parte das de capital.

Dos valores arrecadados a sua maioria é proveniente das transferências correntes e os restantes tiveram origem em fontes diversas salientando-se os impostos diretos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) e a Venda de Bens e Serviços Correntes.

Handwritten signature in blue ink.

O valor das transferências correntes contém as receitas provenientes sobretudo das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM e participação IRS) e da transferência de competências para o Município em matéria de educação e ação social.

De notar que as transferências correntes provenientes do Orçamento de Estado de 2012, derivadas do FEF, FSM e participação fixa no IRS registaram uma redução no montante de 208.553,00 € comparativamente ao ano 2011.

No ano 2012 uma das rubricas também significativas na receita corrente são os rendimentos de propriedade, cujo maior montante resulta da renda da concessão da EDP que ascendeu em 2012 ao montante de 738.565,92€, bem como da renda do parque eólico do chão do Falcão no montante de 171.961,93€.

2.2.4.3 – Evolução da Receita de Capital

Designação	2010	2011	2012
Venda de bens de investimento	105.775,00 €	162.687,00 €	15.904,50 €
Transferências de capital	4.414.407,90 €	6.041.627,47 €	3.710.835,05 €
Ativos financeiros	- €	- €	- €
Passivos financeiros	677.977,86 €	667.421,52 €	202.000,00 €
Outras receitas de capital	- €	- €	- €
Total	5.198.160,76 €	6.871.735,99 €	3.928.739,55 €

As receitas de capital são constituídas por venda de bens de investimento, transferências e empréstimos bancários, representando na sua globalidade 22,86% das receitas executadas. No que se refere às “Transferências de Capital”, estas são provenientes das transferências do orçamento de estado pelo FEF e da União Europeia, com base em projetos comunitários. No ano 2012 registou-se um decréscimo de 136.375,00 € na transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro a título de capital do orçamento de estado.

De registar que foi possível no ano 2012 arrecadar 1.424.794,05 euros de receita apoiada pelo programa QREN, inferior à arrecadada em 2011 no valor de 3.528.188,83 €.

Os projetos integrados no programa QREN que obtiveram contrapartidas comunitárias no ano em análise, foram:

- Ampliação da Escola de S. Jorge, no montante de 22.618,34 €;
- Construção da Extensão de Saúde do Juncal no montante, de 32.353,36€;
- Construção do Parque da Vila em Porto de Mós, no montante de 144.431,60 €;
- Remodelação da conduta do tojal, no montante de 9.372,44€;
- Construção da Ecopista - reconversão da linha férrea, no montante de 58.108,69 €;
- Construção da 3ª fase do Parque Industrial, no valor de 211.859,38 €;
- Espaço Jovem – Requalificação das Antigas Piscinas, no montante de 42.683,90 €;

- Abastecimento de água ao Livramento, no montante de 6.175,36 €;
- Ampliação da rede de águas a São Bento/Penedos Belos, no montante de 5.646,78 €;
- Requalificação Av. Santo António/Av. Francisco Sá Carneiro, no montante de 187.732,53 €;
- Saneamento de Mira de Aire -1ª fase, no montante de 89.138,78 €;
- Construção da Casa da Cultura de Mira de Aire, no montante de 301.242,05 €;
- Obras da Helipista de Alcaria / Centro Municipal de Proteção Civil, no montante de 22.668,68 €;
- Requalificação da Rua 5 de Outubro e Mestre de Avis, no montante de 23.076,57 €;
- Requalificação Av. Da Liberdade / Rua Adriano Carvalho, no montante de 267.685,59 €.

CF 7
 [Handwritten signatures and initials]

2.2.5 – Execução Orçamental da Despesa

2.2.5.1 – Evolução da Despesa por Natureza

A estrutura e execução da despesa do ano 2012, constam do quadro abaixo.

Execução Orçamental da Despesa por rubrica

<i>Composição da Despesa</i>	<i>Previsão</i>	<i>Execução (valor pago)</i>	<i>Peso p/ Rubrica %</i>	<i>% Execução</i>
01 - Despesa com Pessoal	4.838.535,00 €	4.368.632,74 €	26,14%	90,29%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	7.346.335,48 €	6.258.771,29 €	37,45%	85,20%
03 - Juros e Outros Encargos	125.390,00 €	91.290,51 €	0,55%	72,81%
04 - Transferências Correntes	830.550,00 €	721.187,68 €	4,32%	86,83%
05 - Subsídios	1.900,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
06 - Outras Despesas correntes	150.750,00 €	68.056,36 €	0,41%	45,15%
DESPESA CORRENTE	13.293.460,48 €	11.507.938,58 €	68,86%	86,57%
07 - Aquisição de Bens de Capital	9.314.300,00 €	4.640.618,05 €	27,77%	49,82%
08 - Transferências de capital	731.150,00 €	312.666,73 €	1,87%	42,76%
09 - Ativos financeiros	1.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
10 - Passivos financeiros	258.000,00 €	250.424,82 €	1,50%	97,06%
11 - Outras Despesa de Capital	3.600,00 €	400,00 €	0,00%	11,11%
DESPESA CAPITAL	10.308.050,00 €	5.204.109,60 €	31,14%	50,49%
DESPESA TOTAL	23.601.510,48 €	16.712.048,18 €	100,00%	70,81%

[Handwritten signatures]

Da análise do quadro supra verifica-se que da despesa efectuada pelo Município 68,86% destina-se a despesa corrente e 31,14% a despesa de capital. As despesas com o pessoal detêm um peso de 26,14% na despesa Total. A despesa com maior peso na despesa total é a aquisição de bens e serviços.

2.2.5.2 – Evolução da Despesa Corrente

As Despesas Correntes são compostas principalmente, pelas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, pelas transferências correntes e outras despesas correntes. A aquisição de bens e serviços assume um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre ela possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento.

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2010/2012, evidenciando a execução orçamental numa “ótica de caixa”.

Evolução Despesas Correntes	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
01 - Pessoal	5.025.127,30	4.825.999,11	4.368.632,74
02 - Aquisição de Bens e Serviços	5.619.747,53	6.189.863,29	6.258.771,29
03 - Juros e Outros Encargos	56.944,69	84.772,64	91.290,51
04 - Transferências Correntes	961.976,47	911.701,01	721.187,68
06 - Outras Despesas Correntes	93.195,64	108.257,07	68.056,36
Total	11.756.991,63	12.120.593,12	11.507.938,58

A despesa corrente no ano 2012 registou um decréscimo de 612.654,54 € relativamente ao ano 2011, que se traduz numa redução de cerca de 5,05 %.

A rubrica que registou maior redução foi a despesa com pessoal seguida das transferências correntes.



A Aquisição de Bens e Serviços subdivide-se em Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços, tendo sido pagos respetivamente os montantes de 1.826.154,95 € e 4.432.616,34€.

Nestas despesas destacam-se:

Composição da despesa	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Variação 2012/2011
Aquisição de Bens	1.373.145,08 €	1.529.240,27 €	1.601.728,23 €	4,74%
Matérias Primas e subsidiárias	156.285,30 €	172.776,15 €	205.509,87 €	18,95%
Combustíveis e Lubrificantes	253.098,09 €	304.905,56 €	355.785,56 €	16,69%
Alimentação - Ref. Confeccionadas	541.577,62 €	572.799,48 €	519.295,81 €	-9,34%
Mercadoria para Venda - água	281.742,11 €	344.604,05 €	357.291,39 €	3,68%
Outros Bens	140.441,96 €	134.155,03 €	163.845,60 €	22,13%
Aquisição de Serviços	3.380.328,75 €	3.849.856,19 €	3.830.059,90 €	-0,47%
Encargos de Instalações	958.168,80 €	1.127.359,58 €	1.258.478,91 €	11,63%
Limpeza e Higiene	881.727,16 €	1.019.591,46 €	929.432,31 €	-8,84%
Conservação de Bens	297.437,64 €	299.305,90 €	259.229,32 €	-13,39%
Transportes Escolares	390.024,22 €	475.486,01 €	359.095,03 €	-24,48%
Outros Trabalhos Especializados	483.071,59 €	571.695,77 €	653.302,17 €	14,27%
Outros Serviços	369.899,34 €	356.417,47 €	370.522,16 €	3,96%
Total	4.753.473,83 €	5.379.096,46 €	5.431.788,13 €	0,98%

[Handwritten signature]
15

Rubricas com maior peso no conjunto da despesa corrente e a sua evolução no triénio

Un.: Euros

Entidades	Tipo de Serviço	2010 Valor Pago	2011 Valor Pago	2012 Valor Pago	Taxa Variação 2012/2011
Suma, Sa	Limpeza Higlene Urbana	591.176,56	696.402,58	643.844,51	-7,55%
EDP Universal, Sa	Eletricidade	955.364,44	1.125.298,13	1.258.739,53	11,86%
Valorlis, Sa	Trata. Residuos Sólidos	289.280,55	322.387,38	279.848,75	-13,19%
Simlis, Sa	Tratamento Efluentes	435.165,65	523.027,65	604.251,02	15,53%
Repsol Portuguesa Sa	Fornecimento de Combústivel e Portagens	115.667,75	28.801,17	161.606,33	-
Petróleos de Portugal - Petrogal Sa	Fornecimento de Combústivel	51.747,87	169.092,17	51.024,39	-
	Fornecimento de Combústivel	167.415,62	197.893,34	212.630,72	7,45%
Associação Desportiva Portomosense	Fonecimento de Almoços Prolonga. e AECs	435.669,28	491.569,54	482.566,79	-1,83%
Casa do Povo da Calvaria	Fonecimento de Almoços Prolonga.	115.127,45	137.533,42	119.894,10	-12,83%
Centro Paroquial Asslstencia Do Juncal	Fonecimento de Almoços Prolonga.	121.745,72	132.095,83	91.496,53	-30,73%
Rodoviária do Tejo Sa	Transporte de Alunos	280.355,85	348.310,10	273.120,81	-21,59%
Águas do Lena, Sa	Fornecimento de Água	48.258,26	77.270,93	88.930,84	15,09%
EPAL-Empresa Port. Águas Livres Sa	Fornecimento de Água	231.540,25	282.059,35	267.354,79	-5,21%
C.T.T- Correios de Portugal Sa	Avença e Enc.Cobrança Agua	84.679,14	83.385,25	79.572,67	-4,57%

2.2.5.3 - Evolução da Despesa de Capital

O quadro seguinte ilustra a evolução nos últimos três anos da despesa de capital. A despesa de capital registou uma execução de 50,49% em 2012, atingindo o montate de 5.204.109,60€.

Das componentes da despesa de capital a que têm maior peso no total da mesma é a aquisição de bens e serviços, cujo montante representa 89,10% das despesas de capital.

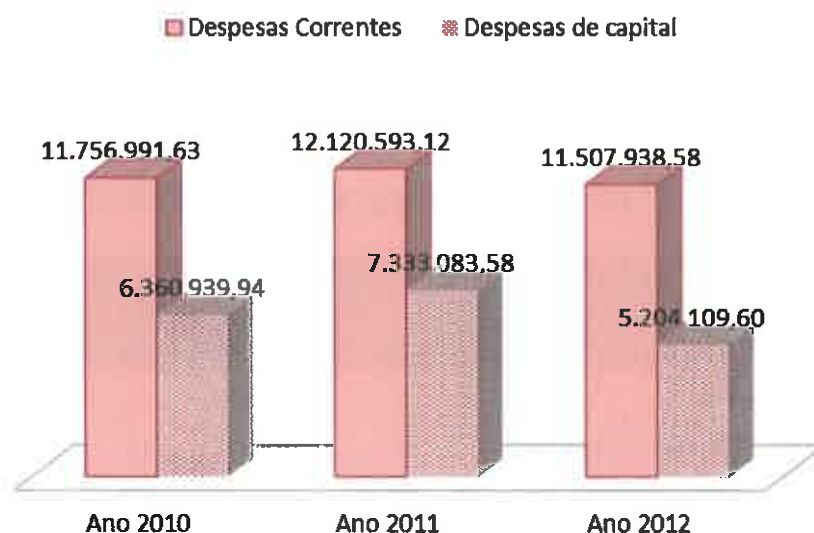
Evolução Despesas Capital	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
07 - Aquisição de Bens de Capital	5.579.574,50 €	6.642.455,24 €	4.640.618,05 €
08 - Transferências de capital	579.191,41 €	442.312,65 €	312.666,73 €
09 - Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
10 - Passivos financeiros	202.174,03 €	248.315,69 €	250.424,82 €
11 - Outras Despesa de Capital	0,00 €	0,00 €	400,00 €
Total	6.360.939,94 €	7.333.083,58 €	5.204.109,60 €

CFI

Da análise detalhada da composição da aquisição de bens de capital os investimentos realizados no ano 2012 destacam-se as seguintes rubricas:

- ✓ Escolas1.414.549,34 €;
- ✓ Viadutos, arruamentos e obras complementares.....1.346.412,72 €;
- ✓ Sistemas de drenagem de águas residuais.....291.505,87 €;
- ✓ Captação e distribuição de água.....273.424,57 €;

2.2.5.4 – Despesas de Capital Vs Despesas Correntes



3 - Recursos Humanos

Os recursos humanos são um activo dos mais importantes para a eficiência da estrutura organizacional e operacional da Autarquia.

3.1 – Recursos Humanos

O número de trabalhadores ao serviço da Autarquia em 31 de dezembro do ano 2012 era de 309, conforme se demonstra no quadro seguinte.

No ano em análise, comparativamente ao ano transato houve um decréscimo de 5,7% do efetivo humano da Câmara Municipal de Porto de Mós.

Desdobramento por Carreiras ou Funções dos Recursos Humanos a 31 de dezembro 2012

	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Informática	Fiscal	TOTAL
Comissão de Serviço	3	0	0	1	0	0	4
CTFP por Tempo Indeterminado	0	28	60	183	3	1	275
CTFP a Termo Resolutivo Certo	0	0	0	30	0	0	30
TOTAIS	3	28	60	214	3	1	309

Seguidamente apresentamos a evolução do pessoal relativamente ao ano transato.

Evolução do número de trabalhadores segundo o Grupo Profissional

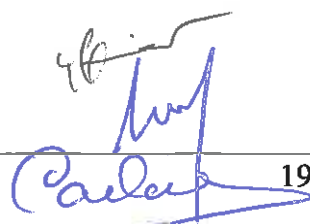
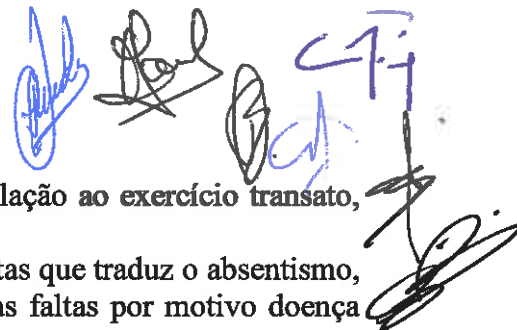
Designação	2011	Peso Relat. (%)	2012	Peso Relat. (%)	Var. Abs
Dirigentes - Intermédio	3	0,91%	3	0,96%	0
Carreiras Gerais - Técnico Superior	28	8,82%	28	8,95%	0
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	62	18,85%	60	19,81%	-2
Carreiras Gerais - Assist. Operacional	231	70,21%	214	69,01%	-17
Informática	3	0,91%	3	0,96%	0
Fiscal	1	0,30%	1	0,32%	0
TOTAL	328	100,00%	309	100,00%	-19

3.2 – Evolução do Absentismo

O absentismo registou uma evolução ligeiramente positiva em relação ao exercício transato, mas mantém-se em valores ainda altos.

Da apreciação do quadro seguinte, que evidencia a tipologia de faltas que traduz o absentismo, verifica-se que no ano 2012, à semelhança dos anos anteriores, as faltas por motivo doença continuam a ser a razão principal de ausência ao serviço, seguidas das faltas por maternidade / paternidade, pelo que se constata que aquelas ausências correspondem, em grande percentagem, a direitos com elevada proteção legal e até social, resultantes da permissiva legislação laboral em vigor.

O quadro seguinte evidencia a evolução dos valores registados e as suas causas.



Tipos de Faltas	2010		2011			2012		
	Nº. Dias	% de Faltas	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 10	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 11
Bx. por Doença (Ssocial)	962	7,14%	326	2,46%	-636	711	5,37%	385
Baixa Doença Familiar (S.Social)	25	0,19%	44	0,33%	19	124	0,94%	80
Cons.Méd./Trat.A.Famil.<10 anos	0	0,00%	1	0,01%	1	0	0,00%	-1
Cons.Méd./Trat.A.Famil.	27	0,20%	16	0,12%	-11	23	0,17%	7
Assist.Famil.<10 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1
Assit. A Familiares	16	0,12%	10	0,08%	-6	0	0,00%	-10
Cumprtº. Obrig.Legais	3	0,02%	6	0,05%	3	2	0,02%	-4
Injustificadas	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1
Part.Mesa Eleitoral	0	0,00%	9	0,07%	9	0	0,00%	-9
Por actividade Sindical	0	0,00%	2	0,02%	2	1	0,01%	-1
Casamento	22	0,16%	30	0,23%	8	22	0,17%	-8
Por conta per. férias	223	1,66%	172,5	1,30%	-50,5	185	1,40%	12,5
Serviço Sindical	56	0,42%	49	0,37%	-7	47	0,35%	-2
Doença (intern.Hosp.)	73	0,54%	82	0,62%	9	29	0,22%	-53
Doença Prolongada	1480	10,99%	1102	8,32%	-378	1387	10,47%	285
Doença	1526	11,33%	1784	13,48%	258	1645	12,42%	-139
Exs Povos de Avaliação	35	0,26%	20	0,15%	-15	22	0,17%	2
Falecimento Familiar	87	0,65%	124	0,94%	37	42	0,32%	-82
Greve	97	0,72%	61	0,46%	-36	46	0,35%	-15
Maternidade ADSE)	152	1,13%	0	0,00%	-152	0	0,00%	0
Falta prova de concursos	1	0,01%	5	0,04%	4	1	0,01%	-4
Falta trabalhador estudante	0	0,00%	3	0,02%	3	4	0,03%	1
Falta motivo não imput. ao func.	0	0,00%	1	0,01%	1	1	0,01%	0
Falta com perda vencimento	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1
Falta Trat. Ambulatorio-próprio	37	0,27%	58	0,44%	21	47	0,35%	-11
Licença Parental inicial excl. pai	0	0,00%	15	0,11%	15	21	0,16%	6
Maternidade (Ssocial)	588	4,37%	667	5,04%	79	779	5,88%	112
Falta paternidade (Seg.social)	0	0,00%	4	0,03%	4	0	0,00%	-4
Falta assist. a famil.>q 12 anos	2	0,01%	26	0,20%	24	27	0,20%	1
Falta assist. filhos < q 12 anos	74	0,55%	41	0,31%	-33	62	0,47%	21
falta por licença inicial excl. pai	138	1,02%	64	0,48%	-74	0	0,00%	-64
falta por licença parental inicial	1	0,01%	395	2,98%	394	138	1,04%	-257
Sub Total , sem férias	5625	5,33%	5117,5	4,95%	-507,5	5369	5,41%	251,5
Férias ano anterior	0	0,00%	270	2,04%	270	188	1,42%	-82
Férias contratados	0	0,00%	0	0,00%	0	2	0,02%	2
Férias	7.842,50	58,23%	7.851,50	59,31%	9	7690,5	58,04%	-161
Totals, Inc. férias	13.467,50	12,75%	13.239,00	12,80%	-228,5	13249,50	13,35%	10,5



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '47' and several illegible signatures.

3.3 – Despesas com o Pessoal

As despesas com o pessoal têm sido objeto de muita atenção por parte do Executivo Municipal. Para além do controlo e limitação legal impostos pela Administração Central neste domínio, também o Executivo Municipal se preocupa em analisar os gastos e a subscrever aumentos apenas nos casos devidamente justificados.

O quadro seguinte revela a evolução das despesas com o pessoal, em todas as rubricas, no triénio de 2010 / 2012.

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam em 2012 a 4.368.632,74€, verificando-se uma redução em relação ao ano anterior de 457.366,37€. Estas despesas representam 37,96% das despesas correntes e 26,14 % do total das despesas.

A maior redução registou-se no pagamento do subsídio de férias e natal.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Paula'.

Resumo dos encargos com o pessoal no triénio de 2010/2012.

Asssembleia Municipal	2010	2011	2012
Despesas com pessoal	10.760,71 €	11.577,68 €	9.916,72 €
Outros suplementos e prémios	10.645,40 €	11.524,85 €	9.615,40 €
Formação	-	-	250,00 €
Seguros	115,31 €	52,83 €	51,32 €
Câmara Municipal			
Daspesas com pessoal	5.014.368,50 €	4.814.421,43 €	4.358.715,02 €
Remunerações certas e permanentes	3.981.720,00 €	3.919.913,49 €	3.549.129,72 €
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	130.136,47 €	112.108,44 €	112.108,44 €
Pessoal quadros - regime contrato individual trabalho	2.345.390,94 €	2.400.403,16 €	2.460.830,01 €
Pessoal contratado a termo	437.212,07 €	279.172,46 €	114.208,56 €
Pessoal em regime de tarefa ou avença	32.160,94 €	53.351,00 €	40.153,00 €
Pessoal aguardando aposentação	1.354,17 €	5.049,97 €	8.678,39 €
Pessoal em qualquer outra situação	59.496,84 €	104.756,35 €	89.713,23 €
Representação	34.751,80 €	29.390,42 €	29.373,12 €
Subsídio de refeição	340.059,09 €	333.498,52 €	330.252,20 €
Subsídio de férias e de Natal	523.752,76 €	527.616,58 €	267.438,35 €
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	77.405,01 €	74.566,59 €	68.713,62 €
Abonos variáveis ou eventuais	96.597,51 €	73.696,77 €	85.245,53 €
Horas extraordinárias	60.659,96 €	59.214,27 €	42.916,28 €
Ajudas de custo	1.274,17 €	490,59 €	335,69 €
Abono para falhas	3.197,95 €	3.785,97 €	3.925,33 €
Subsídio de turno	4.557,15 €	4.504,15 €	5.073,51 €
Indemnizações por cessação de funções	22.948,77 €	2.328,48 €	-
Outros suplementos e prémios	5.869,51 €	3.373,31 €	2.994,72 €
Segurança social	834.136,99 €	829.811,17 €	754.340,77 €
Encargos com a saúde	230.530,63 €	109.259,35 €	113.433,23 €
Outros encargos com a saúde	42.895,84 €	49.076,21 €	50.628,56 €
Subsídio familiar a criança e jovens	33.793,06 €	19.050,48 €	18.043,50 €
Outras prestações familiares	16.370,15 €	8.921,46 €	11.915,82 €
Contribuições para a segurança social	570.787,71 €	598.078,25 €	530.736,11 €
Caixa Geral de Aposentações	366.133,42 €	365.502,97 €	315.005,92 €
Segurança social-Regime geral	204.654,29 €	232.573,28 €	215.730,19 €
Acidentes em serviço e doenças profissionais	47,30 €		
Seguros	39.714,30 €	36.427,42 €	29.583,55 €
Total das Despesas com o Pessoal	5.025.127,30 €	4.825.999,11 €	4.368.632,74 €

4 - Apoio Social

Os serviços prestados pelo Município de natureza social, são cada vez mais relevantes e têm tido progressivamente um peso cada vez maior no conjunto das despesas correntes.

A prestação destes serviços de apoio à educação, tem sido uma área de intervenção municipal crescente desde 2005. Este aumento de atividade resulta, não só da transferência de novas competências, como também da vontade do executivo em ampliar tais serviços, uma vez que os entende necessários e devidamente justificados.

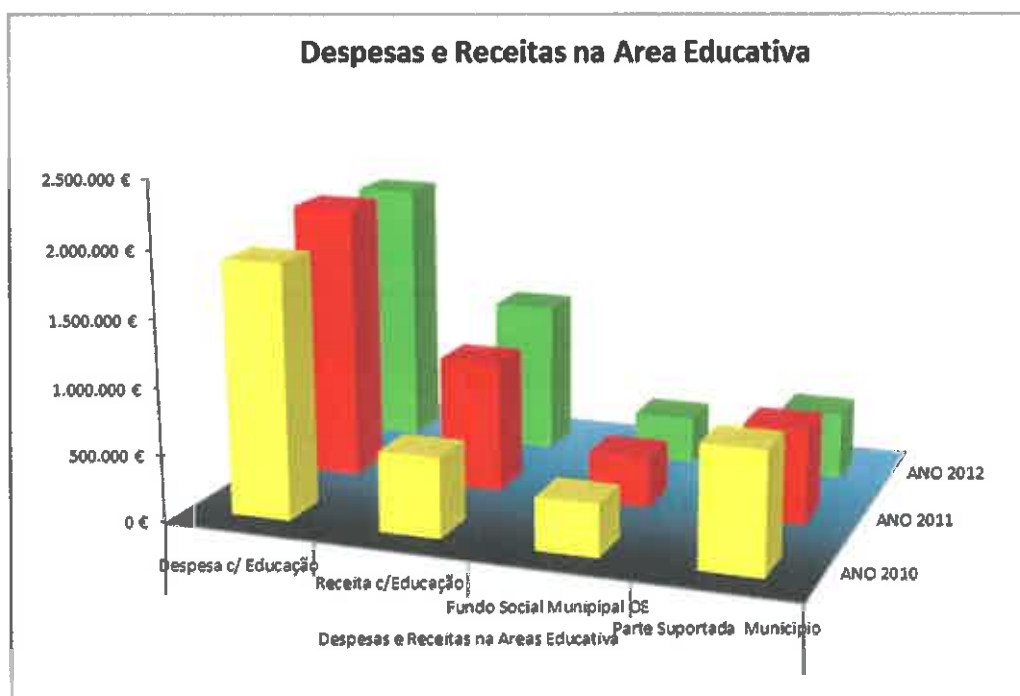
Relativamente à repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, a Lei n.º 02/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), no art. 19.º e art. 24.º determina que o Fundo Social Municipal (FSM) é uma subvenção específica cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou ação social.

Com base no princípio dos deveres de informação estatuído no artigo 50º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, informa este município a DGAL – através da aplicação SIAL – das despesas elegíveis para atribuição e justificação deste fundo e que ascendem aos valores apresentados no quadro seguinte.

Despesas e Receitas na Área Educativa

	Despesa c/ Educação	Receita c/ Educação	Fundo Social Municipal OE	Parte Suportada pelo Município
ANO 2010	1.900.000 €	600.000 €	395.063 €	904.937 €
ANO 2011	2.072.355 €	985.863 €	374.593 €	711.899 €
ANO 2012	2.004.376 €	1.144.767 €	353.725 €	505.884 €

Nota: Este quadro não contempla os valores associados a investimento



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

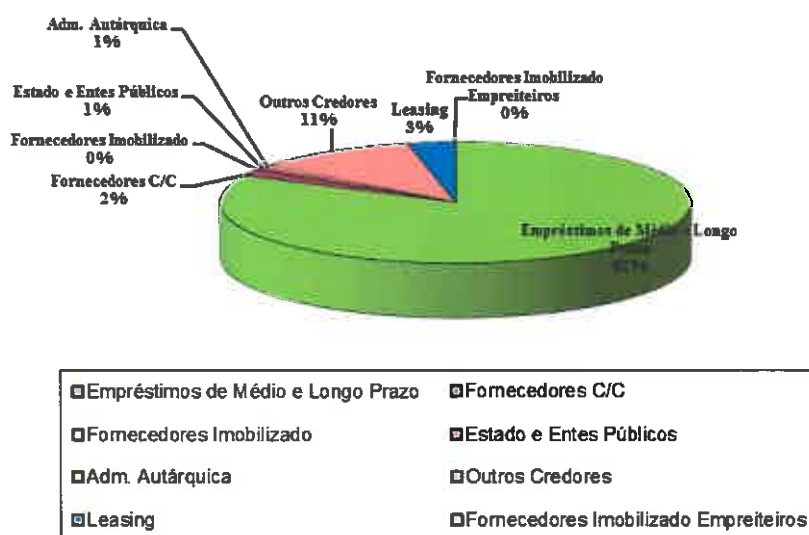
5 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

5.1 – Estrutura e Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2010/2012

	2010	2011	2012
Contribuintes C/C	1.660,96 €	1.985,94 €	12.324,08 €
Utentes C/C	45.521,45 €	47.413,74 €	195.905,71 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	19.147,59 €	19.147,59 €	19.147,59 €
Estado e outros entes públicos	11.943,69 €	17.957,12 €	59.112,49 €
Total	78.273,69 €	86.504,39 €	286.489,87 €

5.2 - Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2010/2012

Estrutura da Dívida



Evolução da Dívida no Triénio 2010/2012

Un.: Euros

	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Dívida Financeira	3.888.982,71	4.308.088,54	4.259.663,72
Empréstimos Médio e Longo Prazo	3.888.982,71	4.308.088,54	4.259.663,72
Dívida Operacional	3.014.984,19	1.698.709,85	916.226,59
Fornecedores Conta Corrente	870.502,16	442.950,76	88.922,95
Fornecedores de Imobilizado	149.916,53	41.462,49	7.950,68
Estado e Entes Públicos	60.832,10	52.573,00	43.246,73
Administração Autárquica	156.816,74	90.440,51	27.076,95
Outros Credores	701.649,43	666.702,17	578.722,88
Leasing	304.077,83	251.547,39	170.306,40
Fornecedores Imobil. Empreiteiros	771.189,40	153.033,53	
Total do Passivo	6.903.966,90	6.006.798,39	5.175.890,31

No valor da dívida operacional está incluído o valor de 617.933,32 € referente a operações de tesouraria que incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e caucões prestadas.

Verificou-se uma redução da dívida a curto prazo de 46,06%, cujo maior peso incidiu na redução da dívida a fornecedores conta corrente e empreiteiros que tiveram uma redução, comparativamente com 2011, de 79,93% e 100% respetivamente.

Concluimos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos, o que se pode comprovar com a redução do seu passivo em cerca de 13,83% em comparação com o ano transato.

6 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias

Considerando o período de 2010 a 2012, podemos observar pelo quadro e gráfico seguintes que o prazo médio de pagamentos teve um decréscimo considerável durante o ano de 2012, face aos restantes anos. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério.

Capítulos	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Aquis. Bens e Serviços	6.584.346,57 €	6.704.024,91€	6.368.926,02 €
Aquis. Bens de capital	6.503.156,68 €	6.836.121,08€	4.648.692,50 €
Total	13.089.513,25 €	13.540.145,99€	11.017.618,52 €
Dívida a fornecedores	1.888.636,62 €	707.993,66€	118.552,90 €
Prazo Médio em dias	53	19	4

7 - Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 66º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo para cada Município em 2012, são apurados do seguinte modo:

“1 - O valor do endividamento líquido de cada município em 31 de dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 - A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior.

2 — No ano de 2012, a contracção de novos empréstimos de médio e longo prazos está limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios no ano de 2010, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo do disposto no nº7 do artigo 66.º da Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro, nos n.ºs 1 a 5 e 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de abril.”

Neste sentido e por indicações da DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais, os limites para a Câmara Municipal de Porto de Mós são:

Endividamento Líquido (EL)	Endividamento de Médio e Longo Prazos (EMLP)	
Limite EL 2012	Rateio nº. 2 e nº7 art.º 66 OE/2012	Limite EMLP 2012
4.354.607	295.356	4.286.022

Os montantes de endividamento de médio e Longo Prazo e de endividamento líquido a 31/12/2012 ficaram aquém do limite imposto, conforme quadros que se seguem:

	Designação	Limite de Endividamento M/L	Montante em 31/12/2012	Observações
(1)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	4.286.022	4.259.664€	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de M/L prazos
(2)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos Da AM (AMLEI)		13.440€	Em cumprimento com a alínea a) do n.º2 do artigo 36º da Lei n.º2/2007 de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais
(3)	Capital em dívida excepcionado do Limites de Endividamento		291.575€	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º33 do OE/2007
(4)	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar		3.981.529€	(4) = (1) + (2) – (3)

De acordo com o quadro acima referenciado, depreende-se que não se esgotou o limite concedido pela DGAL, tendo sido utilizados 3.981.529€ que contribuiram para a formação do endividamento legalmente autorizado, havendo ainda uma margem para utilização de novos empréstimos de 295.356€.

Cálculo do Endividamento Líquido Total

CONTAS	ACTIVOS	PASSIVOS
1. Disponibilidades	1.091.676	
2. Terceiros (excluindo a 2745,2749 e 414)	279.288	5.132.644
4. Imobilizações	175.885	
TOTAL	1.546.849	5.132.644
Endividamento Líquido Municipal (Passivos - Activos)		3.585.795
Endividamento Líquido da AM (AMLEI)		0
Endividamento Líquido Total		3.585.795

	Designação	Limite de Endividamento Líquido	Montante em 31/12/2012	Observações
(1)	Endividamento Líquido	4.354.607	3.585.795€	Corresponde à diferença entre passivos e ativos financeiros
(2)	Dívidas à EDP 1988		0	
(3)	Capital em dívida excepcionado do Limite de Endividamento		291.575€	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º33 do OE/2007
(4)	Endividamento Líquido a considerar		3.294.220€	(4) = (1)+(2)-(3)

O limite legal de endividamento líquido da Autarquia permitido para o ano de 2012 era de 4.354.607€. O valor do endividamento líquido a considerar apurado em 31 de dezembro foi de 3.294.220€, correspondendo a cerca de 75,65% do máximo legal permitido, ficando este Município aquém do referido limite.

8 – Execução das GOP'S e do Plano

De acordo com o ponto 2.3 do POCAL os documentos previsionais a apresentar pelas autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP'S) e o Orçamento. Portanto para além da análise orçamental importa também fazer uma análise à execução destes documentos Previsionais. Nas GOP'S são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e estas incluem as Atividades mais Relevantes (AMR'S) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

8.1 - Grau de Execução das Atividades Mais Relevantes

A execução das atividades mais relevantes representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, ao nível de ações que não resultam na aquisição de bens de investimento, mas são consideradas, pela sua materialidade e ou pela finalidade das

mesmas de relevante interesse público para os munícipes, tendo uma natureza corrente. O montante previsto para a execução das atividades mais relevantes no exercício de 2012 foi de 4.558.240,00 € e o montante global executado de 3.695.823,34 €, verificando-se um grau de execução de 81,08 %. Para o elevado grau de execução destas atividades assume maior relevância as transferências entre administrações, o apoio a diversas entidades e os contratos relacionados com os resíduos sólidos, no que concerne à recolha e tratamento, relevando uma responsabilidade elevada da Autarquia em concretizar as expectativas criadas às mesmas.

Destacam-se também os gastos com a Educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das atividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

8.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2012, espelha o investimento inicial previsto pelo Município, que foi de 9.314.300,00 € e o valor executado de 4.640.618,05 €, verificando-se um grau de execução de 49,82%.

8.3 - Resumo das Grandes Opções do Plano

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2012 que inclui as alterações e revisões feitas foi de 13.872.540,00 € e o valor executado de 8.336.441,39 € verificando - se um grau de execução de 60,09 %. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2012 por objetivos.

Ob. Prog.	Designação	Plano Final	Cabimento	Compromisso	Realizado Total	Pago
1	Funções Gerais	488.800,00	314.445,29	269.458,04	266.397,64	265.866,04
111	Administração Geral	223.300,00	156.631,58	111.644,33	108.583,93	108.052,33
120	Segurança e Ordem Públicas	6.500,00	0	0	0	0
121	Prot. Civil/ Luta Contra Incêndios	259.000,00	157.813,71	157.813,71	157.813,71	157.813,71
2	Funções Sociais	10.462.940,00	6.965.742,77	6.874.488,75	6.829.636,16	6.783.688,21
210	Educação Jardins Infância	55.500,00	7.996,00	7.996,00	5.526,25	3.266,25
211	Ensino Básico	1.796.570,00	1.525.069,09	1.497.098,66	1.495.317,62	1.495.317,62
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1.318.500,00	1.169.290,71	1.169.290,71	1.168.279,89	1.148.415,53
220	Saúde	102.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
232	Ação Social	57.500,00	31.367,09	31.367,09	31.196,03	31.196,03
242	Ordenamento do Território	1.345.450,00	815.186,98	751.903,39	737.278,58	737.278,58
243	Saneamento	1.422.500,00	897.902,01	897.902,01	897.902,01	897.902,01
244	Abastecimento de Água	1.251.420,00	461.886,86	461.886,86	445.973,93	445.973,93
245	Resíduos Sólidos	1.143.000,00	952.946,88	952.946,88	952.946,88	930.308,07
246	Prot. Meio Ambiente C.Nat.	404.000,00	244.917,40	244.917,40	244.917,40	244.917,40
251	Cultura	537.050,00	302.761,24	302.761,24	302.593,19	301.543,10
252	Desporto, Recreio e Lazer	610.850,00	364.163,38	364.163,38	355.449,25	355.314,56
253	Outras Act. Cív. e Religiosas	68.000,00	31.323,46	31.323,46	31.323,46	31.323,46
254	Jardins e Arborizações	350.600,00	60.931,67	60.931,67	60.931,67	60.931,67
3	Funções Económicas	2.324.600,00	898.754,25	896.007,13	857.927,36	853.253,36
320	Indústria e Energia	592.100,00	396.047,55	396.047,55	358.016,45	358.016,45
330	Transp. e Comunicações	1.643.500,00	492.706,70	489.959,58	489.910,91	485.236,91
340	Comércio e Turismo	2.000,00	0	0	0	0
341	Mercados e Feiras	30.000,00	0	0	0	0
342	Turismo	11.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
351	Investimentos Financeiros	1.000,00	0	0	0	0
352	Rede Urbana para Comp. e Inovação	45.000,00	0	0	0	0
4	Outras Funções	596.200,00	434.350,58	434.350,58	434.350,58	433.633,78
420	Transf. Entre Administrações	596.200,00	434.350,58	434.350,58	434.350,58	433.633,78
Total		13.872.540,00	8.613.292,89	8.474.304,50	8.388.311,74	8.336.441,39

9 – Análise da Situação Económica e Financeira

9.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

9.1.1 - Balanço

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados proporcionam uma visão completa sobre a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2012.

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados proporcionam uma visão completa sobre a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2012.

Un.: Euros

Balanço	2010	2011	2012
Ativo	44.951.757,95	50.153.772,45	53.149.234,39
Ativo Fixo	42.654.043,83	47.477.759,41	50.143.594,75
• Imobilizado	42.654.043,83	47.477.759,41	50.143.594,75
Ativo Circulante	2.255.996,52	2.669.831,18	3.007.846,34
• Existências	1.594.251,01	1.552.458,37	1.610.577,04
• Dívidas de Terceiros	59.126,10	67.356,80	267.342,28
• Disponibilidades	602.619,41	1.050.016,01	1.091.675,90
Acréscimos e Diferimentos	41.717,60	6.181,86	36.044,42
Fundos Próprios	30.634.097,19	33.385.697,18	36.272.920,26
• Património	17.241.938,72	17.241.938,72	17.241.938,72
• Reservas	429.490,64	508.907,59	584.981,73
• Resultados Transitados	11.374.328,93	14.113.368,17	16.459.186,73
• Resultados Líquidos	1.588.338,90	1.521.482,70	1.986.813,08
Passivo	14.317.660,76	16.768.075,27	16.876.314,13
Passivo Exigível	6.903.966,90	6.006.798,39	5.175.890,31
• Div. a Terceiros – médio e longo prazo	3.888.982,71	4.308.088,54	4.259.663,72
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	3.014.984,19	1.698.709,85	916.226,59
Passivo Não Exigível	7.413.693,86	10.761.276,88	11.700.423,82
• Acréscimos e Diferimentos	7.413.693,86	10.761.276,88	11.700.423,82

O total do Ativo Líquido atingiu em 2012 o montante de 53.149.234,39€ traduzindo um acréscimo de 5,97% face ao ano transato, impulsionado essencialmente pelo aumento do Ativo Fixo.

Os Fundos Próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em 36.272.920,26€, traduzindo uma subida de 8,65% em relação ao ano 2011.

O passivo exigível do Município é principalmente de Médio e Longo Prazo, não fazendo, deste modo pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

A expressiva rubrica de proveitos diferidos de 11.700.423,82€, diz respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

9.1.2 - Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido de Exercício de 2012 totalizou 1.986.813,08€, o que representa uma ^{ou mais} redução ^{de cerca} relativamente ao ano transato de 465.330,38€ causada principalmente pela redução verificada nos resultados operacionais.

Un.: Euros

Resumo da Demonstração de Resultados		2010	2011	2012
Resultados Operacionais:	(A)	2.015.301,28	1.628.496,73	1.705.049,79
Resultados Financeiros:	(B)	-45.281,68	-75.442,04	-60.123,38
Resultados Correntes:	(A)+(B)	1.970.019,60	1.553.054,69	1.644.926,41
Resultados Extraordinários:	(C)	-381.680,70	-31.571,99	341.886,67
Resultado Líq. de Exercício:	(A)+(B)+(C)	1.588.338,90	1.521.482,70	1.986.813,08

9.2 - Indicadores de Estrutura e Gestão Patrimonial

A análise dos indicadores de gestão patrimonial têm como objetivo ajudar a perceber as linhas gerais de orientação utilizadas na condução dos destinos da autarquia, nomeadamente, as decisões de investimento/financiamento, liquidez, endividamento, assim como, medir a capacidade da autarquia em solver os seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

9.2.1 – Rácios de Liquidez

[Handwritten signature]
31

Rácios (%)		2010	2011	2012
Liquidez Geral	<u>Ativo Circulante</u> Passivo a Curto Prazo	74,83%	157,17%	324,11%
Liquidez Reduzida	<u>(Ativo Circulante-Existências)</u> Passivo a Curto Prazo	21,95%	65,78%	148,33%
Liquidez Imediata	<u>Disponibilidades</u> Passivo a Curto Prazo	19,99%	61,81%	119,15%

Liquidez Geral

Este indicador relaciona agregados do activo, que são facilmente “transformáveis em dinheiro”, com agregados do passivo circulante a curto prazo, ou seja, avalia as menores ou maiores dificuldades de tesouraria.

No caso deste Município o rácio corresponde a 324,11% e demonstra que se o município “vendendo” os activos seriam mais que suficientes para fazer face aos compromissos assumidos a curto prazo.

Liquidez Reduzida

Este indicador interpreta-se da mesma forma do anterior, embora a rapidez de satisfação da dívida seja agora analisada de maneira mais restrita, isto é, não tendo em consideração o montante das existências.

Liquidez Imediata

É o indicador que mede o grau em que os créditos a curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades. Ao analisar este rácio conclui-se que se o município pretendesse, estaria em condições para liquidar todas as suas dívidas de curto prazo.

9.2.2 – Rácios de Alavanca Financeira

Rácios (%)		2010	2011	2012
Endividamento	<u>Dívidas a terceiros CMLP</u> Ativo Líquido a)	25,08%	19,04%	15,00%
Estrutura do Endividamento	<u>Dívidas a terceiros CP</u> Ativo Líquido a)	10,95%	5,38%	2,66%
Grau de dependência dos empréstimos	<u>Empréstimos CMLP</u> Ativo Líquido a)	14,13%	13,65%	12,35%

a) Ao activo líquido subtraiu-se o valor líquido dos bens de domínio público, pelo facto destes serem inalienáveis

Endividamento

Este rácio de alavanca financeira, é um indicador do risco financeiro inerente ao endividamento. Indica que a autarquia financia através de fundos alheios 14,98% dos seus

investimentos. Como se pode verificar este rácio tem tido uma tendência decrescente, traduzindo uma redução de risco financeiro.

Estrutura do endividamento

O peso da dívida de curto prazo a terceiros é de 2,66% do Ativo Líquido, ou seja, o Município financia a sua atividade com 2,66% de capitais alheios de curto prazo.

Grau de Dependência dos Empréstimos

Este indicador permite medir o grau de dependência do ativo Líquido relativamente a empréstimos contraídos pela autarquia. Ao verificar o valor deste rácio, conclui-se que a autarquia financia o seu investimento no ativo com 12,35% de capital alheio de médio e longo prazo.

9.2.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia

Rácios (%)		2010	2011	2012
Autonomia Financeira	<u>Fundos Próprios</u> Ativo Líquido	68,15%	66,57%	68,25%
Solvabilidade	<u>Fundos Próprios</u> Passivo Total	213,96%	199,10%	214,93%

O índice de autonomia financeiro traduz a capacidade do município em financiar o seu activo com capitais próprios, sem ter de recorrer a empréstimos de medio e longo prazo. Como se pode verificar, os Fundos Próprios deste Município cobrem mais de metade do total do activo líquido, evidenciando uma situação bastante confortável.

Este município apresenta uma boa situação de solvabilidade, revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios.

9.3 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

9.3.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL.

Ponto 8.2.1 Não se aplica.

Ponto 8.2.2 Não se aplica.

Ponto 8.2.3 Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

[Handwritten signature]
33

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído. Durante o ano de 2012 as imobilizações corpóreas foram avaliadas e registadas ao custo de aquisição.

b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

c) Amortizações

As amortizações dos ativos imobilizáveis foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

As amortizações do exercício de 2012 correspondem às evidenciadas no mapa das Amortizações e Provisões na coluna reforço e as amortizações acumuladas correspondem no mapa ao saldo final. O valor das amortizações acumuladas a regularizar derivado dos bens abatidos ao inventário está evidenciado no referido mapa na coluna regularizações.

d) Vendas e Prestações de Serviços

Os valores incluídos na rubrica vendas e prestação de serviços são representados maioritariamente pela faturação de água.

e) Outras Prestações de Serviços

Os valores indicados nesta rubrica resultam essencialmente dos serviços prestados na ligação e restabelecimento à rede de água, no aluguer dos contadores, na execução de ramais, serviços sociais, entre outras.

f) Fornecimento e Serviços Externos

Nesta conta foram registados encargos de instalações, trabalhos especializados, conservação e reparação de bens, seguros, entre outros custos decorrentes da atividade da Câmara Municipal.

Ponto 8.2.4 Não se aplica

Ponto 8.2.5 Não se aplica

Ponto 8.2.6 Não se aplica

Ponto 8.2.7 (ver mapas em anexo – Mapas do “Ativo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

Ponto 8.2.8

Os Bens do Ativo Imobilizado agrupados por grupos homogéneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão refletidos nos mapas em anexo.

Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Notas a algumas contas:

Imobilizado em Curso

Existem bens imóveis contabilizados no balanço na conta “imobilizado em curso”, que não foram transferidos para imobilizado dado que ainda não estão registados em nome do município.

Bens Adquiridos em Estado de Uso

No ano 2012 não foram adquiridos bens em estado de uso.

Abates e Transferências de Bens do Ativo Imobilizado

Durante o ano 2012 foram feitas transferências de bens do ativo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.

Ponto 8.2.9 Não se aplica

Ponto 8.2.10 Não se aplica

Ponto 8.2.11 Não se aplica

Ponto 8.2.12 Imobilizações em Poder de Terceiros

Entidades Pagadoras	Nº Contribuinte	Rendimentos de Propriedade do Município Ano 2012			
		Terrenos	Edifícios	Habitações	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	5.088,24			
Be Towering - Gestão de Torres e Tel. Sa	505664798	3.480,00			
Portugal telecom SGPS	503215058	2.847,24			
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411				171.961,93
EDP - Distribuição de Energia, Sa	504394029				738.565,92
Clube de Caça e Pesca Vale do Lena	507410165		324,00		
Clube de Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz	505076837		498,00		
Sousa Carreira e Vala (Esplanada Jardim)	502086815		4.633,41		
Habitação Social				144,00	
Bencaça - Clube de Caça de S. Bento	502881860		336,00		
Coral Calçada Romana Associação Cultural	507246373		300,00		
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450		348,00		
Diana Margarida da Silva Alves (cafetaria Parque da Vila Port de Mós)	236085743		3.581,76		
Associação de Artesãos Serra Aire Candeeiros	503025720		325,00		
Total		11.415,48	10.346,17	144,00	910.527,85

Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira

RUBRICA	DESIGNAÇÃO DO BEM	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
424040104	Veiculo Ligeiro Comercial Nissan Navarra	30.671,61 €	12.927,51 €	17.744,10 €
424040105	Veiculo Ligeiro Passat	34.536,18 €	15.731,63 €	18.804,55 €
424040203	Mini-Autocarro	155.986,56 €	71.233,37 €	84.753,19 €
424040304	Mini-Carregadora	26.153,32 €	14.531,08 €	11.622,24 €
424040106	Toyota Hilux	19.674,13 €	5.149,86 €	14.524,27 €
424040107	Toyota Dyna	29.610,55 €	11.103,96 €	18.506,59 €
424040108	Toyota Yaris	16.011,40 €	5.094,11 €	10.917,29 €
424040303	Retroescavadora JCB	46.087,60 €	6.581,30 €	39.506,30 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Alvados	19.978,92 €	4.279,47 €	15.699,45 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Arrimal	22.710,21 €	4.864,53 €	17.845,68 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Calvaria de Cima	22.710,21 €	4.864,53 €	17.845,68 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de São Jorge	22.710,21 €	4.864,53 €	17.845,68 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola do Juncal	22.710,21 €	4.864,53 €	17.845,68 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola da Mendiga	22.710,21 €	4.864,53 €	17.845,68 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Porto de Mós	22.710,21 €	4.864,53 €	17.845,68 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Escola de Serro Ventoso	19.978,92 €	4.279,47 €	15.699,45 €
423017	Microgeração de Energia Eléctrica na Cantina Escolar de Porto de Mós	19.978,92 €	4.279,47 €	15.699,45 €

Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar

Existem bens imóveis ainda não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que, por serem muitos antigos, não foram possíveis as suas valorizações. A sua valorização com recurso à avaliação técnica mostra-se injustificada, pelo que os mesmos assumiram o valor zero até que sejam objeto de uma grande reparação para, a partir daí, serem valorizados. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

Ponto 8.2.15 (Não se aplica)

Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 as partes de capital em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.

(Euros)				
DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Ações	(a)	(a)
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	Rua Anzebino da Cruz Saraiva, 318 - 1º G 2401-904 Leiria	16 211 Ações 1,62%	-2.103.349	662.420
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco, Parceiros, Apartado 157 2416-902 Leiria	17 320 Ações 4,33%	(a)	(a)
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Curia Tecnoparque 3780-544 Curia	1 500 Ações 0,55%	714.054,73	4.044,47
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial da Marinha Grande Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78 2431-901 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	(a)	(a)

(a) até à data os dados não foram comunicados pelas empresas

Em 2012 o Município de Porto de Mós manteve a Garantia Bancária, no montante de 79.082,61€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA.

Ponto 8.2.17 Não se aplica

Ponto 8.2.18 Não se aplica

Ponto 8.2.19 Não se aplica

Ponto 8.2.20 Não se aplica

Ponto 8.2.21 Não se aplica

Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros

O valor das dívidas de cobrança duvidosa é o que consta na conta 2.1.8. – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e respeita a dívidas de consumo de água.

Ponto 8.2.23 Não se aplica

Ponto 8.2.24 Não se aplica

Ponto 8.2.25 Não se aplica

Ponto 8.2.26 (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

Ponto 8.2.27 (Ver mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas”)

Ponto 8.2.28 Justificação dos Movimentos ocorridos na classe 5 “Fundo Patrimonial” no exercício do ano 2012

O saldo da conta 59 – Resultados Transitados inclui o montante de 900.410,00 €, referente a regularizações a favor do património deste Município, na sequência do registo e inventariação de algumas escolas.

Ponto 8.2.29 (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

Ponto 8.2.30 Não se aplica

Ponto 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício de 2012 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2012 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.

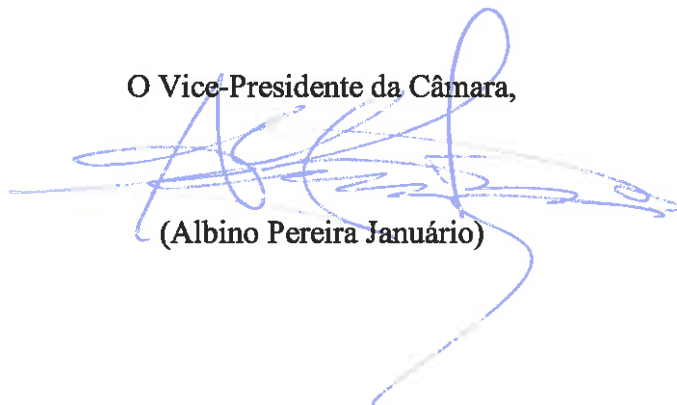
10 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2012 foi de 1.986.813,08 €. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:

- Que 5% desse montante seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 01 de abril de 2013.

O Vice-Presidente da Câmara,



(Albino Pereira Januário)

IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Ativo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos
- Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento
- Lista de Bens Abatidos ao Inventário
- Lista dos Bens não incluídos no Inventário por não estarem devidamente registados
- Relação de Bens Sem Valor
- Contas de Ordem
- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas
- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários

